

## Apresentação

Ricardo Pimentel Mélo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MÉLLO, RP. Apresentação. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. IV-X. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Apresentação

Este livro apresenta onze ensaios que exercitam a analítica de nossos modos humanos de viver. Ou seja, não se trata apenas de buscar as várias maneiras de conceituar o ser humano, mas de ver nas palavras/saberes as ações/fazerem que juntos se materializam no efeito de ser pessoa.

Todos os textos são de autoria de doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, que aceitaram o desafio de escrever sobre a noção de pessoa ou acerca dos modos de subjetivação que permeavam suas pesquisas. Tal proposta feita por Mary Jane Spink indica não só a sua apreciável capacidade de trabalho na parceria de estudos e pesquisas com temas-estampas tão diversificadas, mas também aponta seu dedo concedendo a bordados tão diferentes uma postura teórico-metodológica que procura as condições de produção de algo, isto é, as redes que constituem modos de viver humanos. Sobretudo, os ensaios são reunidos em torno de uma prática que sempre esquadrinha a desfamiliarização crítica do que se torna trabalho de pesquisa.

Podemos falar que são ensaios sobre regimes de ser pessoa que colocam em ação, pessoas jurídicas, pessoas de gênero, pessoas de direitos, pessoas de deveres, pessoas de sexo, etc. Vivemos a era dos regimes em que nos é proposto que cuidemos de nosso “si mesmo” encontrando a “direção ideal” para que possamos suportar o peso da vida. A isso se costuma chamar “qualidade de vida”. Com efeito, não faltam dispositivos para nos indicarem os regimes que devemos seguir. São “regimes de verdade” localizados historicamente e constituídos em jogos de saber-poder: “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade” (Foucault, 1985, p.12).<sup>1</sup> As relações de poder disciplinar estabelecidas em nossas sociedades são positivas, na medida em que instituem e criam espaços, arquiteturas, cidades, sociedades, corpos, além das individualidades: as pessoas, os sujeitos em

---

<sup>1</sup> Foucault, M. (1985) *Microfísica do poder*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

processos de subjetivação. O poder despersonalizado, anônimo, pode personalizar nos tornando alguém-pessoa.

Muitas peças se unem em redes para nos produzir. Uma série de agenciamentos construídos coletivamente nos torna um acontecimento humano, cujo desdobramento é *criar a si mesmo*. Ser um efeito de si mesmo. Nesse processo, a Psicologia tem sido uma disciplina fundamental, tendo em vista que produz saberes e fazeres, indicando-nos o que e como devemos nos organizar como *efeito de si*. Propõe a arte de governar a si mesmo, em especial pela via da psicologia da consciência. Consequências inúmeras advêm disso e poderão ser observadas nos ensaios que se apresentam neste livro. Poderíamos dizer que o foco, ao tratar do conceito de pessoa/sujeito, é expor a arte de governar a si mesmo. Governo entendido como certa forma de disposição das coisas dirigidas por um regime de verdade (no caso sobre si).

Como bem nos mostrou Foucault, a partir do século XVI-XVIII, a população foi sendo o objetivo de governo das ciências (políticas, econômicas, estatísticas, etc.). Gerir a população nos mínimos detalhes foi a empreitada humana levada ao extremo na Era Moderna que se estende aos nossos dias. Gerir-nos é a palavra de ordem. Desta feita, criamos dispositivos e tecnologias para tal. Mas, sem a menor dúvida, termos voltado a gerir a nós mesmos foi a maior das tarefas humanas, para a qual criamos ciências (humanas). E o que não dizer quando o foco do gerenciamento se fecha em um controle micro?

Usando uma imagem forte: se antes o “bobo” deveria animar a corte para não sucumbir, agora essa estratégia não basta, contudo é preciso incitar a si mesmo, conhecer-se e se responsabilizar pela gerência de sua vida. Mas o Estado paira como o grande irmão que tudo olha: se o seu “eu/si mesmo” não der conta de gerir-se, que chamem a polícia, a Justiça ou o psicólogo (uma espécie de bombeiro/SAMU do eu).

Pelo exposto, a proposta do livro é interessante: coloca-nos diante de diversos movimentos da vida humana. Para onde vamos? Ou como diria

Foucault: “o que estamos fazendo das nossas vidas?”. O objetivo dos ensaios não é revelar finalmente o que somos, mas apontar esses movimentos que nos fazem viver a si e viver com outros, como se fôssemos humanos. Apresentam-se textos com focos epistêmicos distintos, uma diversidade de pontos de partida indagativos, sem hierarquias valorativas e apenas um mote que desencadeou cada escrita: empreender a interpelação à nossa constituição como pessoas/sujeitos, à nossa constituição como singularidades humanas.

Ao fazer esse convite a estudantes que participaram de seu curso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, Mary Jane Spink aposta no projeto de construção descontínua dos saberes humanos; indaga sobre os jogos de verdade que circulam nas nossas academias de ensino, propondo a contínua desfamiliarização de seus sistemas de saber-poder. Ela introduz o livro com o texto “Pessoa, Indivíduo e Sujeito: reflexões sobre efeitos discursivos de opções conceituais”. Seus escritos mostram-se bastante oportunos, em virtude do intenso uso (por vezes abuso) que se tem feito de termos como “subjetivação”, “subjetividade”, “eu”, “*self*”, “indivíduo”, “pessoa”, “consciência de si” e “identidade”, em estudos na área da Psicologia Social e afins. É de extrema pertinência a dedicação para dar a conhecer os usos que se fazem dessas categorias, caracterizando domínios de explicação, esclarecendo posturas teórico-metodológicas, esmiuçando possíveis contribuições de autores de referência. A consequência de seu texto é a problematização não apenas de conceitos, mas também da vida das pessoas, suas estratégias de constituição/sujeição e, ao mesmo tempo, de resistência/enfrentamento à naturalização de nossas vidas humanas. Sua viagem inclui passeios pelas obras de Marcel Mauss, George Herbert Mead, Nikolas Rose, Michel Foucault e Rom Harré. Sua dedicação é bem-sucedida porque solicita a um urgente e vigoroso mergulho nas superfícies dessas categorias, convidando-nos a problematizar esse “sujeito” no contemporâneo, fazendo com que nos remetamos às estratégias-implicações advindas desses saberes capazes de criarem modos de viver e, dessa forma, em nossos estudos e pesquisas, o contato com polissemias não nos impeça do cuidado na explicitação dos conceitos que usamos.

Pedro Paulo Viana Figueiredo escreve o segundo capítulo (“Das ontologias e *selves*: Singularidades e multiplicidades na noção de pessoa”). Tomando como referência escritos de Nikolas Rose, Ian Hacking, Annemarie Mol e Rom Harré, seu foco é a constituição de pessoas como entidades singulares em práticas de governo do “eu”, portanto seu texto se dirige à constituição de nós mesmos como pessoas. Assim, regimes de pessoas (Rose e Hacking) ou maneiras de reger pessoas, que são criados inclusive com a ajuda das disciplinas psi, se desenvolvem de maneira localizada e, por isso, múltipla (Mol), o que torna cada ser humano/pessoa múltiplo, ainda que vivido como singular (Harré).

José Estevam Salgueiro é o autor do terceiro capítulo (“Ideias do Teatro na formulação da ideia de Pessoa”), detendo-se na origem das palavras “*persona*” e “personagem” e nos usos e feitos desses termos na arte teatral, com o intuito de contribuir para o entendimento da noção de “pessoa”. No caso da arte cênica há um “jogo” em que se espera do ator e da cena o reconhecimento de uma veracidade tal como na “vida cotidiana”. Salgueiro utiliza-se de escritos de Mead para nos explicar que esse jogo também é fundamental na formação da “pessoa”, pois envolve, tal como no teatro, expectativas que se entreamam e que se fazem em meio a regras. De todo modo, ressalta a importância da “plateia” como participante ativa de um espetáculo, ainda que pareça ser mera espectadora/observadora. Se quisermos, os escritos de Salgueiro podem nos levar à ênfase, não mais no ator como protagonista, mas na interanimação dele com a plateia (a qual inclui os cenários), pois é nela que se constrói a cena.

No quarto capítulo, escrito por Beatriz Akemi Takeiti (“Juventude(s), modos de subjetivação e violência: Um diálogo com aportes de Michel Foucault”), a autora utiliza a noção de modos de subjetivação em Foucault, problematizando o binômio juventude-violência e, assim, expõe como a juventude sendo atravessada por “máquinas sociais” como a própria violência, produz determinados modos de subjetivação no contemporâneo, entendendo essa produção não só como técnica de governo, mas também como possibilidade de se constituírem em movimentos de resistência.

O quinto capítulo assinado por Jullyane Brasilino (“Relações conjugais violentas: Processos de subjetivação e suas várias dobras”) se refere a uma pesquisa sua sobre o impacto de dispositivos jurídicos, tais como leis, delegacias e juizados, nas relações de pessoas envolvidas em denúncias de violência conjugal. Chamando esses dispositivos que organizam e controlam as relações conjugais de “judicialização”, a autora centra o foco do seu texto na noção que orienta sua pesquisa, qual seja, a de pessoa. Conclui que não se trata de usar o conceito de pessoa como se constituísse *per saecula saeculorum* um ser (humano) dotado de uma essência universal, mas de considerar o conceito tão volátil quanto os regimes que constituem o ser humano em diversificados modos de viver, entendidos com base no conceito de dobra desenvolvido pelo filósofo francês Gilles Deleuze. Portanto, pessoa sempre seria o efeito de composição de forças, práticas e relações, criando fluxos diversos de modos de vida.

No sexto capítulo, Patrícia do Prado Ferreira-Lemos (“Sujeito na Psicanálise: O ato de resposta à ordem social”) aborda a noção de sujeito que circula na psicanálise lacaniana diferenciando-a da “psicologia do eu”. Demonstra que o sujeito é constituído na medida em que entra na “ordem social”, em virtude de ser “desamparado” e nascer precisando de cuidados. Esse processo de constituição do sujeito ocorre porque ele é introduzido no campo simbólico que estrutura a vida humana mediada pela linguagem. O sujeito emerge em “tropeços” que aparecem nos lapsos, atos falhos, indicando que o sujeito sobre o qual se ocupa a Psicanálise é atrelado à concepção de inconsciente, assim, o Outro (social) está em mim e não permite que eu possa me delimitar de forma definitiva, visto que ele/outro também é simbólico e campo da linguagem. A linguagem, por sua vez, não traduz, mas é um efeito em cada um de nós, o qual nos constitui num movimento inconsciente de inscrever no Outro (Social) nossos desejos sempre fluidos, porque criativos.

O sétimo ensaio foi escrito por Emanuel José Batista de Lima (“O cuidado em saúde mental e a noção de sujeito: Pluralidade e movimento”). Fundamentando-se em sua experiência em Centros de Atenção Psicossocial

(CAPS), versa sobre a temática do Cuidado em Saúde Mental no âmbito da Reforma Psiquiátrica. Conclui que, ao invés desses espaços se tornarem substitutos dos tradicionais hospitais psiquiátricos, mantêm práticas que repõem a cultura manicomial e reativam processos de segregação. Sob essa ótica, articula essa situação com a permanência de relações de assujeitamento, mantidas em jogos de poder-saber (Foucault), tutelados ainda a um saber psiquiátrico, cujos efeitos são intervenções baseadas em racionalidades biologicistas, em que os usuários do serviço são estigmatizados em uma concepção de sujeito sem potencialidades.

O oitavo ensaio foi produzido por Sheila Ferreira Miranda (“A questão do reconhecimento: Axel Honneth e a atualização do modelo conceitual hegeliano a partir da Psicologia Social de George Herbert Mead”). A autora toma por base as reflexões de Axel Honneth sobre posturas de Hegel e George Herbert Mead que lhe permitiram a construção da Teoria do Reconhecimento, criticando o conceito de “psíquico” que permeou o início da Psicologia (atrelado à consciência entendida como interiorização de objetos estáticos e dados naturalmente). Por fim, detendo-se mais nos conceitos de “Eu, Mim e Outro Generalizado” desenvolvidos por Mead, chega à tese de Honneth de que o conflito compõe o “principal motor” da vida social, o qual gera negociações e operações interpretativas diversas advindas das relações de reconhecimento (intersubjetivo).

Heli de Andrade escreveu o nono capítulo (“A noção de pessoa e a *persona* corporativa”). Neste ensaio, o autor usa como ponto de partida o conceito de “*persona* corporativa”. Utilizando escritos de Nikolas Rose, Michel Foucault e George Mead, mostra que o “mundo corporativo” cria estratégias e diretrizes formais e informais que constituem “tecnologias de subjetivação” que dão aos profissionais, que galgam cargos importantes em uma organização, a ilusão de que são os próprios guias de sua carreira quando seguem os objetivos da organização. Assim, a sujeição, a obediência e o medo de ser excluído do grupo, constroem a pessoa corporativa.

No décimo capítulo (“A transformação através do processo de *Coaching*”), Fernando Fernandes Pimenta apresenta o relato de um processo

de *coaching*, e tendo como referências a identidade-metamorfose de Antônio da Costa Ciampa e o conceito de *self* de George Mead, tenciona entender o processo em que uma pessoa se constitui à medida que “torna-se objeto para si mesma”, o que só é possível em decorrência de “outros generalizados”.

Por fim, temos o texto de Antônio Fernando Gomes Alves (“A constituição do eu trabalhador”) que se apoia na concepção marxista sobre a centralidade do trabalho na vida humana (inclusive tida como a atividade responsável pela diferenciação entre seres humanos e animais). Para discorrer sobre o que chama de “eu trabalhador” nos dias atuais em que há mudanças relevantes nas relações trabalhistas e nos modos de produção, o autor ressalta que ainda temos um trabalho alienado, acrescido da “instabilidade”, por causa das substituições da mão de obra humana por máquinas e, mais ainda, porque estimula o conhecimento/qualificação individual acirrando a competitividade.

Fica o convite para nos debruçarmos em textos tão diferentes, mas com um mesmo nó que os enreda, que os faz rede. Os fios desta rede não se atam em uma ponta final, mas nos remetem a um novo percurso que é a investigação das pesquisas desses doutorandos que construíram estes ensaios, pois lá, certamente, encontraremos mais questões a nos aguçarem. Ademais nos remetem a continuar acompanhando a produção de Mary Jane em busca de um capítulo seguinte, ainda não escrito, a interpelar nossos modos de viver. Por ora, um livro que:

*Mistura os tons... acerta... desacerta...  
Sempre em busca de nova descoberta,  
Vai colorindo as horas quotidianas...  
(Mário Quintana)*

Ricardo Pimentel Mélllo  
Fortaleza, setembro de 2011